

SER MULHER E (NÃO) SER DOCENTE: interseções no caso da escritora Alciene Ribeiro Leite

*Elizabeth Figueiredo de Sá
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Marina Baduy*

Resumo

Este trabalho tem como foco a formação normalista da escritora Alciene Ribeiro Leite. Quais interesses e demandas a conduziram ao ensino normal? Que desígnios guiaram seu processo formativo? A pesquisa teve como objetivo reconhecer as motivações para a entrada de Leite em um colégio normal público noturno e delinear sua atuação discente a partir de suas condições socioeconômicas e culturais. Foi realizada uma pesquisa empírica, por meio de questionário-roteiro respondido por escrito. As respostas revelam a história de uma mulher de classe média, mãe de três crianças e esposa de um político cassado pelo regime militar, quando ingressou no curso normal. Dispensada de trabalhar, Alciene Ribeiro Leite tinha avidez por ampliar seu repertório cultural e intelectual, mais do que por se formar professora. Por isso, fez do curso normal parte de um processo de conscientização sobre sua condição social e de constituição de sua identidade como mulher moderna.

Palavras-chave: curso normal; atuação discente; Alciene Ribeiro Leite.

BEING A WOMAN AND (NOT) BEING A TEACHER: intersections in the case of the writer Alciene Ribeiro Leite

Abstract

This study focuses on the teacher education of the writer Alciene Ribeiro Leite. What interests and motivations led her to pursue teacher training? What purposes guided her educational trajectory? The study aimed to identify the motivations that led Leite to enroll in a public evening teacher training school and to examine her experience as a student in light of her socioeconomic and cultural circumstances. The research adopted an empirical approach, using a structured questionnaire completed in writing by the participant. The responses reveal the life history of a middle-class woman who, upon entering the teacher training program, was the mother of three children and the wife of a politician whose political rights had been revoked by the military regime. Although she was not compelled to work for financial reasons, Alciene Ribeiro Leite was driven by a strong desire to broaden her cultural and intellectual horizons rather than by the intention of becoming a schoolteacher. Consequently, she viewed teacher training as part of a broader process of developing critical awareness of her social condition and of shaping her identity as a modern woman.

Keywords: teacher's training; student performance; Alciene Ribeiro Leite.

SER MUJER Y (NO) SER DOCENTE: intersecciones en el caso de la escritora Alciene Ribeiro Leite

Resumen

Este trabajo se centra en la formación normalista de la escritora Alciene Ribeiro Leite. ¿Qué intereses y motivaciones la condujeron a cursar estudios normalistas? ¿Qué propósitos orientaron su proceso formativo? La investigación tuvo como objetivo identificar las motivaciones que llevaron a Leite a ingresar

em uma escola normal pública noturna y analizar su trayectoria como estudiante a la luz de sus condiciones socioeconómicas y culturales. Se llevó a cabo una investigación empírica mediante un cuestionario estructurado, respondido por escrito por la participante. Las respuestas revelan la historia de una mujer de clase media que, al incorporarse al curso normal, era madre de tres hijos y esposa de un político destituido de sus derechos políticos por el régimen militar. Aunque no tenía necesidad de trabajar por razones económicas, Alciene Ribeiro Leite estaba impulsada por un profundo deseo de ampliar su horizonte cultural e intelectual, más que por la intención de ejercer la docencia. En este sentido, el curso normal constituyó para ella parte de un proceso de toma de conciencia de su condición social y de construcción de su identidad como mujer moderna.

Palabras clave: formación docente; desempeño estudiantil; Alciene Ribeiro Leite.

INTRODUÇÃO

Alciene Ribeiro Leite é uma escritora – contista, romancista e cronista – de obras de ficção. É natural do município de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, onde viveu ao menos até aproximadamente sua quarta década de vida, sendo parte da infância na roça e, depois, na cidade. Vive em Belo Horizonte há mais de trinta anos. Esse arco entre a menina do meio rural de um município interiorano e a vida na capital, atuando como autora de ficção, parece se abrir à especulação sobre os caminhos que a levaram de um ponto a outro: de menina a mulher; de esposa e companheira a estudante; de pretensa professora a escritora.

Neste artigo, a análise volta-se para uma parte da vida de Alciene, personagem feminina singular, mulher mineira, interiorana e esposa do vice-prefeito de Ituiutaba deposto após o golpe de Estado de 1964. Em 1967, ela fez a opção pelo retorno aos bancos escolares, quando já tinha três filhos para cuidar e educar. De início, concluiu o ginásio e, posteriormente, cursou a Escola Normal Noturna Machado de Assis, criada em 1968, integrando a primeira turma.

A criação de uma escola normal no turno noturno foi pensada para atender a uma população esquecida pelo poder público: a classe trabalhadora, que carecia de escola profissional para almejar ascensão social. Nesse sentido, os discentes que cursaram a escola normal eram provenientes de contextos sociais formados por famílias trabalhadoras, majoritariamente negras. Mas havia exceções, como no caso de Alciene, já que pessoas da elite cultural, política ou financeira foram matriculadas nessa escola.

Assim, este artigo tem como objetivo contribuir para o *corpus* de estudos sobre as relações entre gênero, classe e geração, no contexto da história da formação feminina. Pretende-se, ao pesquisar a trajetória estudantil de Alciene, responder aos seguintes questionamentos: quais foram os interesses, as motivações e as demandas que levaram Alciene Ribeiro Leite a retornar aos bancos escolares e a cursar o ensino normal? Como foi a sua atuação enquanto cursava o colégio normal?

Para tal, foi realizada uma entrevista por meio de um questionário-roteiro, respondido por escrito. Dada a pré-estruturação, Alciene pôde respondê-lo, configurando-o como um relato autobiográfico assinado, que contém informações desde a sua infância até o momento em que ingressou na escola normal.

Para fundamentar e sistematizar a produção desse memorial escrito¹, recorreremos a procedimentos do método (auto)biográfico, conforme Matthias Finger e António Nóvoa (2010). Desse referencial, importa aqui a ideia de (auto)formação, considerando a trajetória da entrevistada

¹ O memorial foi composto de oito itens: memórias de si; memórias da escola; memórias da primeira turma; memórias do professorado; memórias do estudo: disciplinas, aulas e práticas; memórias do jornal das normalistas; memórias do contexto; memórias da formatura. Todos desdobrados em perguntas, algumas seguidas de proposições, direcionamentos etc.

como indivíduo e parte do coletivo escolar. Conforme Gaston Pineau (2010), a (auto)formação supõe uma rearticulação da formação em que o indivíduo é seu agente e condutor, mas o faz em meio a interações fundamentais. A (auto)formação é o trabalho do eu sobre si; a heteroformação, o trabalho do eu com outrem; e a ecoformação, o trabalho do eu com o meio e o contexto material. Ao desvelar elementos dessa articulação, o memorial (auto)biográfico se torna uma ferramenta para dar unidade à fragmentação; e, ao fazê-lo, liga a experiência individual à coletiva.

No caso do memorial da trajetória escolar discente, o método resulta na expressão das recordações da experiência passada, atravessada pela experiência do presente do eu que relata. Isso porque o recordar retroalimenta a formação da pessoa como ser social, que revê sua vida pregressa segundo filtros de seu presente, sobretudo impressões, percepções, crenças, valores, interesses etc. É uma construção de sentido datada e situada, fruto de um processo denso de organização de “[...] construção e reconstrução constante — afetado pelo presente do narrador” (Alberti, 2004, p. 32).

Nesse caso, a perspectiva de leitura histórico-crítica do memorial escolar autobiográfico de Alciene Ribeiro Leite não busca uma verdade não dita. O que importa são as impressões e percepções, uma verdade individual que, ao mesmo tempo, se relativiza e se confirma no relato. A leitura privilegia a forma como a entrevistada seleciona e ressignifica episódios da vida adulta de modo processual, contínuo e em núcleos de sentido.

Para responder a tais questionamentos, o texto foi organizado em duas partes: a primeira aborda o ingresso de Alciene na escola normal noturna e, a segunda, trata de sua atuação extracurricular no periódico estudantil *A Voz das Normalistas*.

O INGRESSO NA ESCOLA NORMAL NOTURNA

Ao concluir o ginásio apenas na idade adulta, Alciene ingressou, em 1969, na primeira turma da Escola Normal Noturna Machado de Assis, em Ituiutaba, Minas Gerais². Segundo ela, em seu relato autobiográfico: “Nos primórdios das instalações no prédio do atual Colégio Municipal Machado de Assis de I e II graus, novo nome do Colégio Normal, não tínhamos telefone. [...] liderei a criação do Grêmio Estudantil do Colégio [...]” (Leite, 2026).

Como se lê, ao empregar em alguns trechos a primeira pessoa do plural, a entrevistada refere-se à escola normal como um ambiente plural, coletivo: “[...] não tínhamos”. Alciene percebe a instituição como um lugar interdependente de seus sujeitos. Como diz Ferrarotti (2010), a memória autobiográfica deve ser entendida como uma síntese subjetiva de um sistema social.

Em análise orientada por uma perspectiva social, vê-se que a aluna Alciene apresentava atributos que a encaixavam em um contexto de relativo conforto material, pelo trabalho do marido e pelo auxílio da sogra, da cunhada e das vizinhas para lidar com os afazeres do lar e o cuidado com os filhos. A escola noturna, para ela, tornou-se um lugar de militância em defesa do estudo, da construção de conhecimento e da educação, como um passo-chave para a emancipação das mulheres. É o que mostra sua atuação como líder no grêmio estudantil e à frente do jornal *A Voz das Normalistas*.

² O Colégio Normal Municipal Noturno de Ituiutaba é um marco na história da educação em Ituiutaba. Aberto em 1969, o colégio rompeu um monopólio decenal sobre a formação de professores na cidade, até então a cargo de instituições particulares. Público e noturno, o colégio veio suprir uma demanda de democratização do acesso ao magistério. O público trabalhador e as pessoas de baixa renda puderam de fazer um curso profissional no qual não faltaria trabalho (Moraes, 2014).

Embora a escola noturna fosse voltada para trabalhadores, a narrativa de Alciene valoriza a instituição por considerá-la um espaço educativo que formava profissionais de destaque na sociedade. Em suas palavras:

Creio que os docentes da cidade viram de bom grado a criação do curso Normal Noturno, considerado o prestígio dos que assumiram, desde a criação, a cátedra no Municipal. Ocorrem-me Abrão Calil Neto, Airton Rodrigues, Edy Faria Barbosa, Terezinha Samora, a futura diretora, Elza Maria... (Leite, 2026).

No relato de Alciene, normalista pioneira da escola, a instituição era mais que uma instituição escolar de formação de professores; constituía um espaço de encontro entre sujeitos progressistas da classe média e da classe trabalhadora. Pela experiência individual apresentada no memorial, é possível perceber que a primeira turma de normalistas do ensino noturno tornou-se mais do que um rol de estudantes; compôs um grupo de mulheres à procura de formação escolar para galgar uma posição social mais elevada. Alciene Ribeiro Leite (2026) diz: “Mulheres eram a maioria [...], senão a totalidade e solteiras. Destaco duas brancas, uma comerciária, a outra, classe média, não trabalhava fora de casa, bem como a negra da sala que vivia com os pais”. A breve citação desvela o perfil sociodemográfico da primeira turma, em seus quesitos de gênero, cor da pele e classe social.

A possível totalidade de estudantes mulheres evoca o debate sobre a feminização do magistério. Além disso, uma maioria solteira sugere que o curso normal noturno era uma via de conquista de algum grau de independência financeira antes do casamento ou de garantia de uma profissão para eventual trabalho após o casamento. Essa inferência se apoia no pensamento de Nóvoa (2017), para quem a escolha profissional tende a moldar a trajetória de vida da mulher na sociedade da época; ou seja, se consolidar enquanto posição como professor e assim, em uma construção da identidade docente (Nóvoa, 2017).

A heterogeneidade da turma deixa entrever não apenas a extensão da demanda por uma formação de professores primários, mas, também, a intenção de concorrer a uma vaga no colégio após a conclusão do curso. Isso se explicita quando consideramos o caso da aluna comerciária, trabalhadora em busca de ascensão social via formação normalista, e de Alciene, dona de casa de classe média alta em busca de uma titulação, assim como de dar vazão a inquietações intelectuais e de presença pública. Dito de outro modo, a comerciária se motivava pelo estudo como ferramenta para romper com certo destino social presumido; já a dona de casa de classe média alta via no estudo a possibilidade de assumir outros papéis sociais que não o de mãe e esposa, ou seja, o de militante estudantil e porta-voz da turma (Ferrarotti, 2010).

Por fim, há o caso bastante simbólico da aluna normalista negra, ainda vivendo com pai e mãe enquanto se formava no curso normal. Essa referência evoca debates polissêmicos em seu contexto. Quando a entrevistada destaca uma aluna negra específica, parece marcar uma exceção à regra, ao padrão étnico predominante nos bancos escolares.

De todo modo, parece evidente a ideia de que a escola normal noturna se consolidava como espaço de maior democratização do acesso ao ensino profissional docente, pois se abria a grupos até então postos à margem da oferta de tal formação. No caso da entrevistada, seu relato memorial parece destacar três perfis de colegas que contrastavam com o dela, quando consideradas suas realidades sociais. Se tomarmos tal curso como microcosmo da realidade em geral, então a seleção revela elementos da composição social da população que foi estudar na Escola Normal Noturna Machado de Assis.

Ser aluna dessa instituição significava estar ao lado de muitas pessoas que não tinham tempo para estudar, a não ser durante a aula. A partir disso, infere-se a necessidade de uma perspectiva

pedagógica e didática que pudesse lidar com tal variável, uma vez que o trabalho de formação docente ia além do estudo teórico; era preciso ter contato com a experiência prática da aula, que seria o destino de muitas alunas ao se formarem. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista o fato de que um curso noturno se destinava a sujeitos que, por vários motivos, não podiam estudar no período diurno, sendo incompatível a demanda de tempo escolar com a demanda de tempo disponível. Logo, ao que parece, a escola oferecia o mínimo necessário à diplomação, e não um projeto pedagógico mais ambicioso, com estrutura de recursos, tempo, financiamento de bolsas de estudo etc.

Nas memórias de Alciene Ribeiro Leite, o que se desenha é uma formação em duas perspectivas: a teórica, desenhada pelo currículo escolar; e a prática, porque supunha engajamento estudantil e dedicação de tempo à vida coletiva da escola.

O JORNAL *A VOZ DAS NORMALISTAS* COMO PRÁTICA DE FORMAÇÃO

Para as estudantes da Escola Normal Noturna Machado de Assis, o tempo de estudo era o tempo da aula – muitas vezes permeado pelo cansaço físico e, às vezes, mental. Alciene contava com o apoio familiar, dispondo de mais tempo para se dedicar ao estudo e, sobretudo, à atividade de construir o periódico estudantil *A Voz das Normalistas*.

Segundo os relatos de Alciene Ribeiro Leite, a redação era composta por ela e por poucas colegas, com abertura e estímulo à colaboração de toda a turma. A rigor, Alciene, a “redatora-chefe”, e uma colega, a “diretora”, eram as responsáveis pelas decisões da publicação. A entrevistada recordou que os assuntos iam de aniversários, curiosidades, comentários, notícias e fatos do grêmio estudantil a outros do cotidiano. Havia uma “coluna de fofocas”, ou seja, uma coluna social. Com isso, as professoras eram objeto de observação e comentários das alunas, participando, mesmo que indiretamente, do jornal.

Nesse sentido, *A Voz das Normalistas* flexibilizou a formação fundada em um currículo rígido, seguramente pouco convergente para os interesses reais das formandas. Em suas páginas, as normalistas-jornalistas davam mostras do quanto era preciso discutir o currículo oficial, algo que a instituição parecia não fazer. O jornal, portanto, era uma atividade extracurricular da qual as alunas participavam e por meio da qual supriam determinadas lacunas deixadas pela instituição em relação às atividades práticas.

O trabalho com independência fazia da produção e da leitura do jornal um processo de aprendizagem à margem do currículo oficial; sobretudo no que se refere ao exercício da autonomia profissional e à prática da escrita e da leitura, que dificilmente seriam possíveis apenas com as atividades em sala de aula. Portanto, o jornal era um tipo de laboratório de formação prática, por se basear na investigação e na reflexão sobre a própria prática (Nóvoa, 1992). Enquanto produzia o jornal, o grupo da redação aprendia a lógica da comunicação: sua organização e sua função política.

Essa prática escolar do jornalismo, gerada de forma autônoma e independente, revela sujeitos que se apropriaram de meios para consolidar uma trajetória escolar para além das fronteiras da escola normal.

Sem apoio institucional, o jornalismo escolar normalista criava ali uma via de transformação real da formação para o magistério, marcando-a pela iniciativa coletiva autônoma. Lançar-se em tal projeto era desafiar certa hierarquização no trabalho com a construção de conhecimentos escolares; era subverter a autoridade livresca e docente; era dispensar a docência como fazer de uma só

pessoa. Uma vez impresso e em circulação, o jornal era algo passível de ser visto como oficial: o jornal do colégio.

O jornal das normalistas funcionava como formação, pelo trabalho escolar comprometido e coletivo – e como uma formação que as tirava do confinamento do colégio. Isso porque a redação, muitas vezes, era a casa de Alciene, para onde iam as colegas nos momentos de fechamento de edição, para reuniões etc. Nesse processo, as alunas incluíram em sua formação docente o aprendizado da escrita em fases distintas: rascunho, releitura, reformulação, edição, versão de impressão e texto impresso. A escrita deixava de ser só a ideia de pôr no papel com ortografia correta para se tornar uma experiência de feitura e aperfeiçoamento da atividade de pensar e escrever. Assim, a publicação permitia uma expressão mais livre, menos prescrita. Ao escreverem e editarem o jornal, as alunas deixavam de ser normalistas passivas em suas formações; simultaneamente, expressavam as angústias do processo formativo e as expectativas sobre a profissão.

Embora vivessem em um tempo de democracia interdita, as normalistas-jornalistas se lançavam em uma experiência de formação em que a democracia era pressuposta, pois o jornal se abria a vozes diversas. Precisavam decidir em conjunto sobre questões centrais: conteúdos a serem publicados, custos e formas de pagamento, tarefas e responsáveis por sua execução. Em certo sentido, era uma preparação para uma conduta docente democrática em sala de aula; possivelmente algo que ocorreria de modo menos pleno em sala de aula, em uma aula expositiva, circunscrita ao espaço do colégio.

Mais do que um exercício de elaboração e redação de textos, útil ao processo de aprendizado da língua portuguesa escrita – gramática, gêneros textuais, relações entre texto e imagem etc. –, a produção de jornais escolares ligava a escola à sociedade e a seus vários setores. Dessa forma, materializava-se um princípio postulado por Freinet (1979): o de que a escola deve servir à comunidade, formando cidadãos capazes de intervir na realidade, e não apenas estudantes aprendizes de conteúdos escolares – bem como professoras familiarizadas unicamente com a teoria.

Dessa maneira, o jornal das normalistas ganhou contornos de ação social, transformando a realidade escolar precária. Dado o contexto escolar do colégio normal, na perspectiva de autonomia, *A Voz das Normalistas* foi uma inovação metodológica situada no que Freinet (1974a, p. 131) chamou de educação pelo trabalho:

O trabalho tal como é preciso organizá-lo na escola não deve ser um assistente mais ou menos eficaz da aquisição, da formação intelectual e da cultura. Ele toma-se um elemento da própria actividade educativa, integrado nessa actividade, e a sua influência não poderia ser limitada a qualquer arbitrária forma material. Há trabalho sempre que a actividade — física ou intelectual — que esse trabalho supõe, responda a uma necessidade natural do indivíduo e proporcione por esse facto uma satisfação que é em si mesma uma razão de ser. No caso contrário, não há trabalho mas ocupação, tarefa que se executa apenas porque se é obrigado a isso — não sendo de modo nenhum comparáveis.

Portanto, para Alciene Ribeiro Leite, o jornal estudantil funcionava como ensaio da docência como atividade intelectual e da docente como voz pública, capaz de opinar sobre o mundo. Seu relato é expressivo nesse sentido, sobretudo quando evidencia o nome dos jornais que ajudou a fundar.

A Voz das Normalistas e *O Bronca* [ambos em Ituiutaba] como outros periódicos estudantis que tangenciaram a minha formação, se consolidam como exercícios

à atividade profissional. A par do desenvolvimento do senso crítico, a prática amadora do jornalismo treinou e sedimentou a ética na divulgação da ideia e a estética na forma de apresentá-la (Leite, 2026).

Por outro lado, a produção do jornal pelas alunas se abria a uma ação de ruptura com certa cultura escolar: a aprendizagem por meio da recepção passiva de conteúdos livrescos. Nesse processo, além de consumirem conteúdos pedagógicos, como livros, produziam material formativo ao lidarem com a escrita para um jornal. O grupo de discentes atuante em torno de sua produção promovia um trabalho autônomo que as situava na posição de educadoras de si e entre si. Como expressão dessa atitude autônoma, faziam-no instaurando um processo maleável para rever, adaptar e ajustar o trabalho com o jornal à realidade do curso noturno.

Nessa lógica, a produção de uma folha estudantil do curso normal noturno resultava, também, na validação das normalistas como produtoras de saber, reconhecidas na projeção de um jornal que tinha como leitores um público mais próximo da vida adulta do que da adolescência. A parte editorial, seguramente, era a mais crítica de todas, porque envolvia, justamente, o que seria dito e quem iria dizer. As decisões, nesse caso, caberiam à redação: “diretoria”, “chefia de redação”, “reportagem”, “colaboração”. Freinet (1974b, p. 43) afirma isso com outros termos, ao se referir à técnica do jornal na escola:

Existem em todos os jornais um director e uma Redacção que recebem e, se necessário, pedem textos para publicar, examinam esses textos e decidem da sua publicação. Esta fórmula será talvez válida para o segundo grau do ensino, [...] condições de [...] participação de colaboradores nos diversos campos do trabalho.

O memorial escolar autobiográfico de Alciene Ribeiro Leite deixa lacunas no que se refere ao processo de produção do jornal *A Voz das Normalistas*. No entanto, é muito expressivo em relação ao que essa experiência produziu nela:

A produção do jornal do curso se traduziu em uma atividade valiosa, não só para mim, o reduzido grupo de direção e redação se entrosou num trabalho solitário, que privilegiou a independência. Falha nossa, acaso a ideia fosse apresentada à direção e a professores, a indiferença oficial se traduzisse em apoio, com retorno pedagógico a favor do corpo discente. O jornal foi um instrumento de ensino em mão dupla: fazê-lo nos ensinava como fazê-lo (Leite, 2026).

A produção do jornal duraria não mais que um ano. Em 1970, Alciene Ribeiro Leite se viu em um processo atribulado de mudanças, que ela recorda em detalhe em seu ensaio autobiográfico:

Dois anos de Colégio Normal em Ituiutaba, e a transferência para o Instituto de Educação, em Belo Horizonte, devido eleição do marido a Deputado Estadual, empossado no começo de 1971. Tive alguma dificuldade de adaptação, principalmente com a disciplina, didática, vista naquela instituição com rigor que julguei excessivo. Talvez porque na minha cidade recebera, nos primeiros anos do curso, apenas noções básicas. Já as aulas de filosofia, uma novidade desafiadora, exerciam certo fascínio sobre a estudante de DNA caipira (Leite, 2026).

Como podemos ler na recordação, ela expressa um processo de transição no qual a rotina mudaria muito por algum tempo, na vida diária e na escolar, pois a mudança geográfica implicou um segundo abandono da escola, sem concluir o grau de estudo. Esse seria, porém, um cenário novo: a capital mineira, uma metrópole, onde o ritmo da vida era outro quando comparado ao da interiorana Ituiutaba, cidade que ela via como terra de gente de origem “caipira”, ou seja, ligada à

vida no campo: outra cosmovisão, outros ritmos, outros modos, outros costumes, outros hábitos, outras distâncias e proximidades etc.

Todavia, o efeito da mudança, que é a adaptação ao novo, parece ter sido mais marcante na continuidade do curso em outra instituição. Em 1970, Alciene Ribeiro Leite se ocupava com o estudo e publicação de um jornal normalista de algum prestígio e protagonismo prático; ou seja, dedicava-se a um processo de formação que ela e suas colegas ajudaram a instaurar na relação entre a teoria e a prática.

Em 1971, ela se deparou com o rigor formal de uma escola mais arrojada que o colégio: o Instituto de Educação, onde ocorreram seus conflitos internos, derivados da dificuldade de adaptação ao rigor disciplinar da didática, até então pouco estudada pela aluna e que se sobrepunha às vivências prévias dela com uma pedagogia do agir com autonomia — mediante as aulas e a produção do jornal; na capital, ela se deparou com o aprofundamento teórico denso típico de uma pedagogia do sentar e ouvir.

O rigor referido como exagerado parece traduzir um choque entre a lição do aprender fazendo e a do discurso catedrático. Ela via o contrário do que havia aprendido e feito: a disciplina não resultava da organização do estudo pelo trabalho prático-reflexivo; tinha como condição prévia, como ponto de partida, a orientação e a palavra docente. A entrevistada reconhece suas deficiências — as noções básicas — e, com isso, revela uma autocrítica e uma crítica à formação que recebia como partícipe da primeira turma de um colégio normalista recém-criado.

Em perspectiva comparativa, o Instituto de Educação oferecia o que ela não teve em medida necessária à formação normalista teórico-conceitual — mais conteúdo técnico; o colégio de Ituiutaba ofereceu a experiência da imprensa, que Freinet (1974a) via como sempre superior ao estudo de manuais de didática, por exemplo. A uma aluna com espírito aguçado de liberdade de ação e expressão, a dificuldade de adaptação pode ter sido, no fundo, uma forma de resistência a um sistema fundado mais em lições do que na experiência do fazer.

[...] a inteligência não progride forçosamente por escalões metódicos, providos de programas preservadores e de exames probatórios; que dois e dois nem sempre são quatro; que o conhecimento não é uma construção erguida tijolo por tijolo, mas o jogo ainda misterioso de conexões sutis que se estabelecem, de faíscas que saltam; que o segredo principal de todo esse mistério é, em primeiro lugar, a VIDA. A inteligência não é uma faculdade que se exercita no vazio; ela é indissociável da ação (Freinet, 2004, p. 90).

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal (Nóvoa, 1992, p. 13).

Por outro lado, não se pretende aqui dissociar o pensar da ideia de ação: o pensamento emerge do agir, do aprender fazendo, do pensar sobre o fazer e, assim, da possibilidade de modificar as ações. Nesse sentido, essa estudante não só era carente de uma formação voltada ao pensar, como também era consciente de sua importância. Daí o fascínio pela filosofia, novidade que lhe trazia alimento intelectual e se apresentava como ferramenta de reflexão: aquela que o jornal já havia provocado na prática, mas que, por razões óbvias, se mostrava limitada para levar a maiores desdobramentos e aprofundamentos. Assim, a filosofia como disciplina lhe dava novas chaves de compreensão de si e da nova realidade social: a de uma interiorana ávida pelo conhecimento, vivendo em um lugar onde se lhe abriam perspectivas de construir um saber mais global, ou que ao menos lhe permitisse conjugar o local com o universal.

Além disso, a mudança de cidade e de escola, isto é, de ordem geográfica e institucional, levou a uma reconfiguração da identidade e ação docentes em formação, o que se mostra na descrição de Alciene Ribeiro Leite sobre as aulas e as atividades do último ano do curso normal.

No mês de abril, como atividade pedagógica a classe fez dramatização da Inconfidência Mineira, coube a mim o papel do delator Joaquim Silvério dos Reis. Fiz o estágio supervisionado na escola primária do complexo educacional do Instituto de Educação: únicas aulas ministradas até o presente. Período em que, na condição de observadora ou regendo classe, preparando aulas e relatórios, ficou claro que não, a educação não era o caminho. Anote-se que o curso normal, ou contabilidade, eram as opções possíveis a uma evadida do ginásio no interior. [...] De fato, eu buscava o direito de ingressar no ensino superior, o diploma preencheria o vácuo na autoestima (Leite, 2026).

Com efeito, podemos dizer que o último ano do curso normal da entrevistada foi um período de definições, em que a formação deixou de ser um projeto de identidade profissional para se tornar um projeto de satisfação e emancipação pessoal. Aquilo que evoluía para a formação de uma identidade docente entrou em crise, dissipando os elementos que a constituíam (Nóvoa, 1992). Assim, a recordação mostra um movimento que não evolui para a docência além da fase do estágio: nele se confirma não a vocação, mas a constatação de que o lugar profissional de Alciene Ribeiro Leite não era a educação, a escola, a sala de aula. Entende-se que assim foi porque o desempenho dela na educação mostra muito mais uma pessoa afeita aos lugares nos quais a escrita era a atividade produtiva, e não a aula em si. Seguramente, o engajamento no jornal normalista tinha uma motivação anterior, vinda da infância. Essa era uma forma de dar vazão ao desejo de descrever, de dizer o que pensava do mundo. Assim, um eu pessoal, o da menina leitora e fazedora de jornal, não se encontrou com o de uma profissional docente.

A entrevistada é explícita ao reconhecer que o curso normal foi mais uma estratégia de posicionamento social, de tornar-se uma mulher formada. O diploma de normalista foi mais um fim em si, pelo que simboliza, do que um meio para chegar a certa posição, isto é, um certificado de qualificação para ocupar cargo profissional. Disso inferimos que, dada a escassez de opções para mulheres egressas do ginásio – apenas contabilidade e normal, à época –, o diploma de normalista gerava uma credencial para o ingresso no ensino superior, ao menos em Belo Horizonte. Isso viria a contribuir ainda mais para sua autoestima e para a garantia do direito de progredir nos estudos. Tal qual o colégio normal, o Instituto de Educação foi uma ponte para certo *status* social e para um reconhecimento íntimo, subjetivo, capaz de aplacar fragilidades como a evasão escolar e a volta tardia à escola, combinadas em uma mulher esposa de advogado-político. O modo encontrado foi abraçar a formação em educação não para lecionar, e sim para ter títulos que implicavam reconhecimento público e porta de acesso ao nível superior.

O episódio da dramatização em que Alciene Ribeiro Leite fez o papel de delatora é bastante simbólico porque metaforiza posições que ela assumiu, como fez com as colegas ao reivindicar do prefeito em campanha benefícios ao colégio que ele havia criado. Assim como Joaquim Silvério dos Reis, o jornal e suas jornalistas denunciavam à opinião pública o descuido e a desatenção do poder público.

Essa perspectiva de encarnar personagens na dramatização atingiu seu ápice em um evento real: a formatura e seu ritual, dos quais a entrevistada recordou com entusiasmo:

Curiosidade: Não era costume formaturas solenes no IE, tampouco o álbum de fotos dos formandos, de beca e tudo. Frustrante, não me conformei. Só eu, dos oito irmãos vivos, não tinha a foto tradicional. Com uma colega, frustrada

também, combinamos o serviço num estúdio fotográfico. No dia seguinte, maquiadas, vestimos a beca do próprio estúdio e gravamos para a posteridade o feito vitorioso! Adiamos o álbum para outra encarnação, mas a foto oficial diz presente, em duas poses, sorrindo e não sorrindo. Se não houve aplausos ao pegar o diploma do curso Normal na secretaria do IE, em minha terra ecoou fartura de palmas. Explico: era grande a afinidade com a turma do Municipal, mantivemos contato naquele ano, e “formei” junto, de toga e beca vermelhas. Fui a oradora da festa de formatura na sede urbana do Ituiutaba Clube, Rua 18 em esquina com a Avenida 17. Participei do cortejo de entrada no recinto com as demais formandas, ao braço do esposo que, na condição de deputado, foi convidado para a mesa. Eu permaneci na plateia, feliz da vida, com as colegas acompanhadas dos respectivos pares (Leite, 2026).

Entre a curiosidade e a explicação, a entrevistada deixa entrever as relações de tensão que permearam sua vida como normalista. Após um ano cheio de mudanças intensas, de adaptação e de frustração, o sentimento de pertencimento e os elos de uma relação iniciada em sua terra natal foram mais fortes. Assim, a volta para a formatura foi ocasião de sensações múltiplas: relaxamento das tensões pelo estado de felicidade; sentimento de conquista e realização; comemoração ao lado de quem mais importava; protagonismo social na hora de falar pela turma.

Em Ituiutaba, Alciene Ribeiro Leite pôde cuidar da autoapresentação em nome da ocasião e do prestígio do evento: com a toga e a palavra na tribuna, pôde fazer a síntese entre a esposa de político formada e a líder estudantil. Em vez de silêncio, as palmas foram abundantes, em forma de consagração. Ao ser oradora da turma, prevaleceu a diplomação da formação com “ética” e “estética”, com política e afetividade, do curso noturno de Ituiutaba, mesmo que seu diploma fosse, de fato, de Belo Horizonte.

A formatura com a primeira turma no curso normal noturno teve o sabor da distinção que Alciene Ribeiro Leite almejava. Sob aplausos em um clube social, pôde se projetar como a esposa formada do político que ali se encontrava. Em dado momento, foi plateia para ele; em outro, foi o centro das atenções. Mais que o fim do curso, era o fim de um ciclo de resistência bem-sucedido. Estar de volta ao colégio que viu surgir e funcionar desde o primeiro dia de aula era uma superação da menina que tinha abandonado o ensino primário por incompatibilidades de aprendizagem. Assim, a menina criada no espaço rural, pouco afeita aos números, não impediu a formação de uma mulher de vida um tanto cosmopolita e capaz de fazer sua palavra ter alcance público, como autora ora de textos de jornal, ora de uma história da qual ela foi partícipe e que nela se inscreve.

Não era o *status* social da escola que mais importava a Alciene Ribeiro Leite; ela tinha condições de fazer o curso normal onde concluiu o ginásio, em uma instituição mais tradicional, mais bem vista. A questão era o tempo do estudo, que não se apresentava sob medida para ela tanto quanto foi o turno noturno. Assim, uma vez aluna normalista, importava menos o contato inevitável com a educação, a escola, a sala de aula do que o diploma; e importava menos a escola do que a experiência de se formar. Mas, apesar de os “ensaios” de docência não terem ido além do que foram na vida escolar da entrevistada, a professora permaneceu nela, em alguma medida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No jornal *A Voz das Normalistas*, como vimos, Alciene Ribeiro Leite se projetou como redatora-chefe e responsável pelo desenho gráfico da publicação — a montagem de um original, um “boneco” para cópia e impressão. Além da experiência de leitora atenta de jornais e revistas, ela havia desenvolvido sua capacidade de escrita e tinha tempo livre para se dedicar aos estudos,

haja vista que não trabalhava fora de casa. Nesse sentido, ao ser indagada se sua posição no jornal a punha na condição de professora-orientadora na redação, isto é, na produção da publicação, sua resposta foi direta: “É uma pergunta que respondo com os pés no chão, sem falsa modéstia: Sim”.

Do modo como compreendemos, essa certeza afirmativa parece endossar a ideia de que ela não passou incólume pela formação normalista; Alciene foi afetada pelo meio em que estudava de algum modo em sua conduta: era uma autoridade intelectual que assimilava a experiência pedagógica da docência e a reproduzia na medida da necessidade da produção do jornal das normalistas. Seu relato deixa entrever a força da formação extracurricular no colégio normal, ao fazê-la emergir como uma líder estudantil preocupada com a emancipação das mulheres que a rodeavam como pares.

A prática docente, nesse caso, tinha como princípio pedagógico a “ética e estética” da escrita. A “professora” delineada é aquela que tem domínio da didática e de alguma psicologia da aprendizagem, assim como tem um intelecto destacado e autorizado o bastante para guiar a tomada de decisões. Lembremos a decisão de publicar a manchete “antiprefeito”, no calor do momento e à sombra da censura. Fazê-lo foi uma lição de independência e rigor, de compromisso com causas legítimas, mesmo que por meio do jornalismo escolar amador. Portanto, podemos dizer que, entre fingir ser professora e reconhecer que não queria sê-lo, a docência foi o elemento que guiou a atitude e a conduta de Alciene.

Estudar para ser professora foi a forma encontrada para instaurar um desígnio de vida: obter acesso ao curso superior. A partir disso, ela podia dizer que não era professora, mas que estudava para ser; já não era necessário o “simulacro” verbal, pois o próprio nome do curso já dizia algo sobre quem o cursava. Assim, estudar para ser professora foi um processo de aprendizagem pedagógica, mas em função de uma “manobra”, de certa utilização da escolarização para sentidos mais profundos em uma trajetória de vida e escolar.

Praticar o ser professora foi o choque da realidade docente no país, em Minas Gerais: uma profissão de pouco prestígio social, com salários ínfimos e condições de trabalho adversas. Em Ituiutaba, ser professora era uma das poucas opções para uma mulher se tornar independente financeiramente e com longevidade; em Belo Horizonte, o rol de profissões era maior. Ao mesmo tempo, não mudava a condição de profissão mais ou menos marginal, quase um trabalho braçal – sem desmerecer aqui a atividade profissional manual. Assim, a normalista formanda viu o papel que lhe caberia e preferiu não aceitá-lo; tal qual Joaquim Silvério dos Reis, ela não partilhava do espírito da “causa”, do “ideal”.

O não ser professora significou a entrada no ensino superior, para um novo processo de mudança e corte na rotina. A recordação de Alciene Ribeiro Leite é expressiva:

Na Capital fiz o vestibular de História (ajudaria a melhor contar as minhas, mas ainda não sabia). Descartei Letras por intuição (entendo que a teoria do curso invade o campo da livre criação). No fundo, preferia jornalismo, que já exercia na qualidade de colaboradora, mas tratava-se de faculdade de filosofia, graduava licenciatura. Com o primeiro ano de História voltamos a residir em Ituiutaba e lá fui eu — enfim! — para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba... [...] Cheguei com vontade de abraçar o mundo, o entusiasmo de colegial tardia, mergulhei nos estudos e em política estudantil. O Bronca foi o jornal mimeografado da vez, com tímidas reações à Ditadura Militar iniciada com o golpe de 1964. Fui eleita a primeira presidente do “Centro de Estudos Históricos Sérgio Buarque de Holanda”, recém-criado por alunos do último ano. Pipocavam rumores longínquos de abertura democrática, mas a política do Centro de Estudos privilegiou a História não contada das origens ituiutabanas. Um

concurso de monografias entre os acadêmicos de História premiou [duas alunas]. Um grupo de teatro, GUITA — Grupo Universitário Ituiutabano de Teatro Amador —, criado por nós no fim do curso, tem estatuto, que redigi, e foi aprovado. Fizemos leitura de um texto, mas palco que é bom, nada! A documentação deve estar em algum arquivo morto, aguardando a estreia. Tomara que algum herói se habilite... (Leite, 2026).

O que se vê é um novo processo de transição, em que a identidade de normalista jornalista vai assumindo tons e contornos de uma identidade acadêmico-intelectual, a ser formada pelo estudo da história e pela prática jornalística como ferramentas definitivas de formação. O pendor pela leitura e pela escrita guiou a atividade educacional de forma central e a orientou para uma carreira como escritora, lastreada pelo curso de história. De novo, Alciene valeu-se do jornalismo prático como instrumento para o exercício da escrita e do espírito de resistência — agora mais explícito. Ou seja, com o jornal *O Bronca*, ela retomava o fio interrompido no curso normal no fim de 1970 e aprofundava sua politização: antes jornalista escolar amadora, agora jornalista universitária disposta a enfrentar o regime de exceção.

O enfrentamento pressupôs assumir posições em que podia exercer seu fazer discursivo e sua tomada de partido, seja na presidência do centro de estudos históricos, seja como partícipe de um grupo de teatro. As posições indicam uma mulher que tinha ampliado o domínio dos códigos discursivos — da escrita jornalística à dramaturgica. Não apenas estudava história, como também fundava instituições, redigia estatutos e organizava concursos de escrita. Com efeito, a existência de uma peça teatral incompleta, por não ter sido encenada, e sua associação a algum “arquivo morto” podem ser lidas como metáfora da formação da entrevistada como processo contínuo, à espera de desfechos — uma história a ser escrita.

Mesmo escolhendo não se tornar professora como profissão, Alciene Ribeiro Leite exerceu o ofício docente em medidas expressivas; e isso se deve, sobretudo, aos dois primeiros anos do curso normal em Ituiutaba. Nesse período, ela pôde agir com autonomia e independência em experiências formativas qualificadas para serem reproduzidas em outras instâncias, seja com o jornal, seja com a crítica militante. Isso fica implícito na vertente historiadora da normalista, que ajuda a preservar a memória local com histórias, à época, ainda não contadas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: FINGER, Matthias; NÓVOA, António (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2. ed. Natal: Editora UFRN, 2010. p. 29-56.
- FINGER, Matthias; NÓVOA, António (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2. ed. Natal: Editora UFRN, 2010.
- FREINET, Célestin. *A educação pelo trabalho*. Porto: Presença, 1974a.
- FREINET, Célestin. *O jornal escolar*. Lisboa: Estampa, 1974b.
- FREINET, Célestin. *Para uma escola do povo: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1979.

- FREINET, Célestin. *Para uma escola do povo*: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FREINET, Célestin. *Pedagogia do bom senso*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LEITE, Alciene Ribeiro. *Relato escrito sobre formação normalista e trajetória de vida*. Belo Horizonte, abr. 2026. Questionário-roteiro respondido por escrito e concedido às autoras. 1 arquivo digital em formato DOC, 12 p.
- MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e memória da formação docente em Ituiutaba – MG*. 2014. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2014.103>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13686/1/HistoriaMemoriaFormacao.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2026.
- NÓVOA, António. A formação tem de passar por aqui. In: FINGER, Matthias; NÓVOA, António (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2. ed. Natal: Editora UFRN, 2010. p. 143-176.
- NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053144843>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2026.
- NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- PINEAU, Gaston. A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In: FINGER, Matthias; NÓVOA, António (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2. ed. Natal: Editora UFRN, 2010. p. 91-110.

Submetido em junho de 2026
Aprovado em julho de 2026

Informações das autoras

Elizabeth Figueiredo de Sá
Universidade Federal de Mato Grosso
elizabethfsa1@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1975779880933099>

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia
Betania.laterza@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3708-4506>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6186135872782431>

Marina Baduy
E-mail: marinabaduy@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1472-6449>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6493247024998137>